

COBERTURA VACINAL E FATORES ASSOCIADOS À ADESÃO: Avaliação de Pacientes Pediátricos em um Ambulatório de Referência no Estado de Minas Gerais

Helena Assis Alvarenga¹; Adhara de Queiroz Muradas¹; Luíza Felicíssimo Piuzana¹; Daniela Caldas Teixeira²; Lílian Martins Oliveira Diniz²

¹ Acadêmica de Medicina da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais

² Pediatra Infectologista do Hospital Infantil João Paulo II

Contato: helenaassisalvarenga@gmail.com / (31) 98572-3615

1. INTRODUÇÃO

As vacinas constituem uma ferramenta da imunidade adaptativa artificial, sendo capaz de gerar resposta imune e fornecer ao hospedeiro proteção contra a infecção¹.

No Brasil, o Programa Nacional de Imunização (PNI), criado em 1973, surgiu com o objetivo de coordenar as ações de imunização que se caracterizavam, até então, pelo caráter episódico e pela reduzida área de cobertura². Contudo, nos últimos anos do presente século, tem-se observado a ascensão de movimentos anti-vacinas, os quais têm implicado em queda da adesão vacinal³.

O fenômeno desses movimentos contribui com a redução das taxas de imunização da população, cujo impacto pôde ser percebido através da reintrodução de doenças anteriormente eliminadas, através da ocorrência de surtos, como o de Sarampo em 2019 no Brasil⁴.

2. OBJETIVOS

Avaliar a cobertura vacinal dos pacientes atendidos em um ambulatório de especialidades, identificar fatores associados aos atrasos vacinais e caracterizar o perfil dos médicos quanto ao envolvimento nas medidas de imunização.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Coorte transversal envolvendo 391 crianças acompanhadas no ambulatório e 38 médicos do serviço. Realizou-se entrevista, utilizando questionários e análise do cartão vacinal.

4. RESULTADOS

Durante o estudo, foram avaliadas 391 crianças, sendo 190 (48,6%) pertencentes ao sexo feminino e 201 (51,4%) ao sexo masculino, com a média de idade de 7,5 anos. Por se tratar de ambulatório de referência para doenças complexas, 84,5% dos pacientes entrevistados apresentavam diagnóstico de base. Em relação ao perfil socioeconômico, houve predomínio de classe baixa baixa, classificado por renda familiar mensal de até 2 salários mínimos (81,5%).

Apesar de quase a totalidade dos responsáveis (99,7%) acreditarem na importância da vacinação, 49,6% não apresentavam a caderneta vacinal na consulta, sendo que, desses, 51,3% alegavam não avaliação do documento pela equipe médica.

A partir da análise da Caderneta dos pacientes entrevistados, foi evidenciado que 83,2% apresentavam situação vacinal atualizada. Dentre os 16,8% que se encontravam em atraso vacinal, 35,7% apresentavam como justificativa o desabastecimento da vacina na rede pública, com destaque para indisponibilidade da vacina Pentavalente em 70% desses casos, seguidas das vacinas contra o HPV, Rotavírus e Dupla Adulto.



	n (%)
Pentavalente	12 (37,5)
Pneumo 10	3 (9,4)
Meningocócica	4 (12,5)
VIP	4 (12,5)
VOP	5 (15,6)
HPV	7 (21,9)
Febre amarela	7 (21,9)
Rotavírus	7 (21,9)
Tríplice viral	4 (12,5)
Tetraviral	3 (9,4)
Hepatite A	3 (9,4)
Dupla adulto	6 (18,8)
Varicela	2 (6,3)

Figura 1 – Análise das vacinas faltantes

Além da análise das crianças, também foram entrevistados 38 médicos responsáveis pelos atendimentos do ambulatório, sendo 85,5% do sexo feminino e 10,5% do sexo masculino.

Apesar de 100% dos médicos entrevistados alegarem acreditar na importância da vacinação e terem participado da última campanha anual de vacinação contra o Influenza, 26% relatavam atraso vacinal. Além disso, 8% relatavam não conferir o cartão de vacinas de seus pacientes e 21% disseram não orientar sobre a importância da vacinação em suas consultas, com as justificativas de falta de tempo ou enfoque nas demandas próprias de sua subespecialidade.

Sobre a orientação dada aos pacientes a respeito da importância da vacinação, 78,9% informaram realizar essa orientação a cada consulta.

Por fim em relação ao recebimento de pacientes cujos responsáveis são adeptos ao movimento anti-vacinas e a capacidade de contra argumentação médica em relação a esse assunto, os resultados foram:



Figura 2 – Porcentagem de médicos que receberam pacientes cujos responsáveis são adeptos ao movimento anti-vacinas



Figura 3 – Porcentagem de médicos alegaram capacidade de contra argumentação em relação ao movimento anti-vacinas

Ao realizar a comparação das variáveis com o atraso vacinal, foi demonstrado que não houve associação estatística entre status vacinal da criança e escolaridade do responsável (p 0,972), renda mensal familiar (p 0,713) ou status vacinal do médico assistente (p 0,421). Todavia, foi observada associação entre o atraso vacinal e a ausência orientação, por parte do médico, sobre a importância da vacinação (p 0,028).

5. CONCLUSÃO

Diante desse cenário, os profissionais de saúde, em especial os pediatras, têm papel fundamental na vacinação das crianças, por serem a principal fonte de informação e a mais confiável, dos pacientes e responsáveis.

Nesse sentido, é imprescindível que esses profissionais se mantenham atualizados sobre a queda do índice de vacinação e sobre as principais dúvidas de seus pacientes, acolhendo as experiências, os temores e as crenças dos responsáveis pela criança em relação à vacinação.

As vacinas possuem um papel irrefutável na proteção da saúde pública, considerando seu papel na prevenção e na erradicação de doenças. Dessa forma, a adesão vacinal deve ser incentivada pelo profissional de saúde em todas as consultas, a fim de combater a falta de informação e de esclarecimento que podem levar à recusa vacinal.

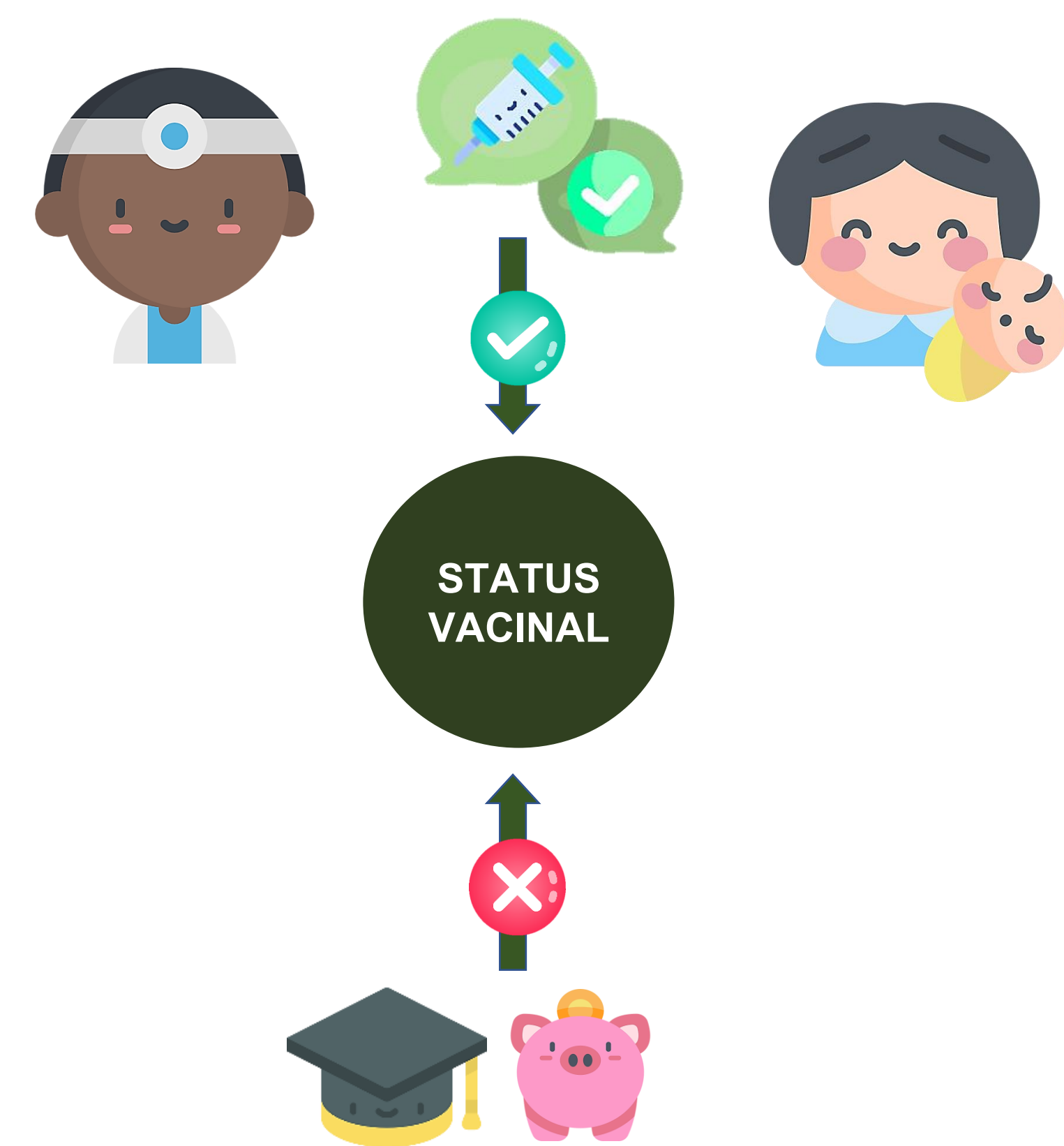


Figura 4 – Fatores que influenciam no status vacinal de acordo com o presente estudo

6. REFERÊNCIAS

- ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shiv. Imunologia celular e molecular. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Programa Nacional de Imunizações: 30 Anos. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.
- SUCCI, Regina Célia de Menezes. Recusa vacinal - que é preciso saber. J. Pediatr. (Rio J.), Porto Alegre, v. 94, n. 6, p. 574-581, Dec. 2018. Available from access on 08 Mar. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Calendário nacional de vacinação. Disponível em: <<http://portalmis.saude.gov.br/saude-de-a-z/vacinacao/calendario-vacinacao>>. Acesso em : 10 mar. 2019